



## A IDENTIDADE SEM-TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO OESTE DO PARANÁ: história, memória e metodologia da história oral (décadas de 2000 e 2010)

Vagner José Moreira<sup>1</sup>

A memória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Oeste do estado do Paraná tem como marco histórico tradicional o Primeiro Encontro Nacional, ocorrido no final do mês de janeiro de 1984, em Cascavel, fato que demarca a fundação do movimento social no Brasil. Como parte da história de formação do MST, o evento é objeto de publicações periódicas e acadêmicas<sup>2</sup>.

Nas histórias de luta pela reforma agrária, outros fatos são recorrentes em narrativas orais de militantes do MST, tais como, a referência a movimentos sociais de luta pela terra no período anterior a formação do MST, como o Mastro<sup>3</sup>, ocupações de terras, acampamentos, caminhadas e manifestações diversas que envolveram a militância na luta pela reforma agrária. Todavia, quando indagados sobre a história da luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, o evento de 1984 em Cascavel, que criou o MST, sempre é rememorado como marco histórico da luta pela reforma agrária.

O processo histórico e social de produção da memória da luta pela reforma agrária, com as reminiscências produzidas pelos sem-terra quando

---

<sup>1</sup> Professor associado do Colegiado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vinculado ao Laboratório Trabalho e Movimentos Sociais. E-mail: vagner.jose.moreira@gmail.com

<sup>2</sup> A produção é vasta, mas segue referências representativas, Cf. FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In. CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história: Surge o MST 84-86. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

<sup>3</sup> Cf. MORAES JUNIOR, L. R. **Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

entrevistados por pesquisadores, ou mesmo por jornalistas para publicação em periódicos diversos, os relatos de militantes sobre suas trajetórias de vida são sempre narrados e imbricados com a história do MST. Esse procedimento narrativo e simbólico<sup>4</sup> evidencia a afirmação da identidade dos militantes sem-terra. Contudo, também demonstra o processo de formação – educação – da militância sem-terra construída durante a história de luta pela reforma agrária vividas em ocupações, acampamentos, assentamentos e nas diversas manifestações e mobilizações. A educação no interior do MST visa a construção de uma identidade camponesa imbricada a agroecologia e na luta contra o agronegócio – hegemônico no campo –, contra o capitalismo.

Nas entrevistas, esses são temas recorrentes nas narrativas dos sem-terra, muitas vezes independente do roteiro formulado pelo pesquisador para a produção da fonte oral.

As pesquisas históricas sobre a luta pela reforma agrária não se reduzem a produção de entrevistas com os militantes engajados na organização e coordenação do MST, salvo delimitações e recortes do objeto da pesquisa na militância sem-terra. A produção historiográfica sobre os movimentos sociais de luta pela reforma agrária tem privilegiado um recorte transversal para abranger a totalidade da diversidade de sujeitos que projetaram, ou ainda projetam, na luta pela reforma agrária a realização do sonho de ter um pedaço de terra para morar, trabalhar e cultivar a terra.

Todavia, nesse capítulo, privilegio a narrativa de uma militante sem-terra engajada politicamente em diversos setores do MST. O objetivo não é a totalidade da história da luta pela reforma agrária no assentamento Valmir Mota<sup>5</sup>, local em que a militante Geni foi assentada, mas problematizar a formação da identidade sem-terra a partir das reminiscências produzi-

---

<sup>4</sup> Cf. PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, p. 59-72, 1996.

<sup>5</sup> A pesquisadora Cíntia Valéria Mello indagou sobre a trajetória de vida de outros entrevistados do assentamento Valmir Mota, principalmente no período anterior ao engajamento no MST, Cf. MELLO, C. V. **Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota**: Cascavel, Paraná (1999-2017). 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018. Ainda sobre o assentamento Valmir Mota, Cf. PASTÓRIO, I. T. **A mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade no assentamento Valmir Mota de Oliveira – Cajati – Cascavel-PR**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

das no diálogo estabelecido entre a entrevistada e os pesquisadores para a produção da fonte oral.

A identidade sem-terra nas primeiras décadas do século XXI é formada no contexto do avanço do agronegócio e da intensificação da criminalização e repressão aos movimentos sociais de luta pela terra. Os movimentos sociais de sem-terra, movimentos sociais de retomada indígena, quilombolas e demais movimentos sociais de comunidades tradicionais denunciam a violência desmedida e o ódio de classe presente na criminalização e repressão aos diversos movimentos sociais de luta pela terra<sup>6</sup>. O processo de identificação social e política dos sem-terra tem a marca desse momento histórico vivido na contemporaneidade.

Nesse processo, a formação histórica da identidade sem-terra tem-se constituído como uma identificação de classe, de gênero e de raça na luta pela reforma agrária. Os sujeitos sem-terra elaboram e reelaboram valores e projetos para suas vidas e, assim, num processo de transformação de sem terra (termo descritivo que informa sujeitos expropriados da propriedade da terra e do trabalho no campo) para sujeitos sem-terra, constituídos num processo histórico contraditório, ativo e não homogêneo<sup>7</sup>. As experiências sociais de luta pela reforma agrária dos sem-terra sempre é histórica, peculiar, presente em cada movimento social de luta pela terra<sup>8</sup>. E mesmo no interior de um acampamento ou assentamento o processo não é vivido de modo homogêneo. Os sujeitos sem-terra compartilham socialmente a experiência histórica de luta em comum no MST (ou em um outro movimento social de luta pela terra), mas não a tratam do mesmo modo (mecanicamente) em suas consciências.<sup>9</sup> É por meio dessa chave de leitura que interpreto as vicissitudes e contradições no interior dos movimentos

---

<sup>6</sup> Cf. MOREIRA, V. J.; WELCH, C. A. Introdução ao dossiê “Trabalho rural e movimentos sociais no campo”. **Tempos históricos**, v. 22, p. 14-17, 2 sem. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/1073/showToc>. Acesso em: 29 ago. 2019.

<sup>7</sup> Sobre o processo de formação histórica da identidade sem-terra, Cf. MOREIRA, V. J. **História oral e reforma agrária: a experiência social de trabalhadores rurais sem-terra em Sumaré, interior de São Paulo (décadas de 1980 e 1990)**. São Paulo: Edições Verona, 2019.

<sup>8</sup> Para a compreensão da história como processo, como relação e movimentos históricos peculiares, Cf. THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs. A. L. NEGRO; S. SILVA. Campinas: UNICAMP, 2001. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

<sup>9</sup> Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

sociais de luta pela reforma agrária.<sup>10</sup> Contudo, como compreender a relutação de assentados em trabalhar e produzir com as práticas agroecológicas e de oposição ao agronegócio, por exemplo, mesmo depois de quase 15 anos entre ocupações, acampamentos e lutas para a conquista do assentamento? Uma possibilidade de explicação dessa prática social relutante talvez possa ser encontrada na história da formação da identidade sem-terra.

## Teoria, história oral e os movimentos sociais de luta pela reforma agrária

Para problematizar as relações entre a formação dessa identidade sem-terra e a metodologia da história oral exploro densamente duas entrevistas produzidas com a militante sem-terra Geni Isabel Teixeira de Souza, do assentamento Valmir Mota, localizado no Complexo Cajati, próximo a cidade de Cascavel. As entrevistas foram produzidas em contextos diversos e por pesquisadores diferentes, o que demarcam os sentidos e a intensidade da narrativa em torno de determinados fatos – a subjetividade das fontes orais. A comparação das duas entrevistas, às vezes citando e cotejando trechos com relatos parecidos, foi fundamental para a problematização e apreensão dos significados da experiência social da militante e do assentamento Valmir Mota<sup>11</sup>. A narrativa construída pela entrevistada é representativa da experiência social do assentamento Valmir Mota, pois apresenta “campos de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”<sup>12</sup>, expectativas, vividos pelos sem-terra. As entrevistas produzidas com Geni apresentam contornos narrativos e simbólicos significativos para a apreensão da identidade sem-terra<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Sobre os sem-terra no Pontal do Paranapanema, Oeste de São Paulo, Cf. WELCH, C. A. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996). In. FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

<sup>11</sup> As entrevistas com Geni Isabel Teixeira de Souza ocorreram em 2012, produzida pelos pesquisadores Rinaldo José Varussa e Vagner José Moreira, e em 2017, produzida pela pesquisadora Cíntia Valéria de Melo.

<sup>12</sup> Cf. PORTELLI, 1996. p. 72. Cf. ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectiva**, Uberlândia, nº 25/26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun.2002.

No Brasil, a pesquisa historiográfica sobre os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores empreendeu um deslocamento teórico e metodológico nas últimas décadas, em particular, a partir tradição da historiografia marxista inglesa<sup>14</sup>. A produção do conhecimento partiu do uso dos diversos materiais históricos – as fontes – compreendidos como linguagens<sup>15</sup>. E o tratamento dado aos documentos levou-nos identificar e problematizar as propriedades das evidências<sup>16</sup>, específicas de cada fonte, cujo objetivo constitui-se na possibilidade de potencializar o tratamento dado aos materiais históricos<sup>17</sup> e, assim, construir a interpretação histórica plasmada com a realidade. Dentre as diversas propriedades específicas da fonte oral problematiza-se, no exercício da explicação histórica, a memória, a oralidade e a subjetividade, atravessados pela perscrutação de atos interpretativos, enredos, tendências, procedimentos narrativos e simbólicos, entre outros<sup>18</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. MOREIRA, V. J. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

<sup>14</sup> Cf. CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009. BATALHA, C. H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90* (UFRGS), v. 13, p. 87-104, 2006.

<sup>15</sup> WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 27-49.

<sup>16</sup> THOMPSON, 1981, p. 34-62.

<sup>17</sup> Parte dessas considerações teóricas e metodológicas foram publicadas anteriormente na forma de artigo e aqui sintetizadas, Cf. MOREIRA, V. J. Propriedades da evidência, narrativas orais e a escrita da história: memórias sobre trabalhadores na luta pela terra. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 48, p. 239-282, jan./jun. 2013.

<sup>18</sup> Desde meados dos anos 1990 um grupo significativo de historiadores foram formados em torno dessa perspectiva cotejada pelas publicações da historiadora Yara Aun Koury, Cf. KHOURY, Y. A. Apresentação. In: PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001. As traduções, publicações, bem como a presença de Alessandro Portelli no Brasil desde meados da década de 1990 também impactou a produção historiográfica; entre outras produções, Cf. PORTELLI, A. Forma e significado da representação histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 181-217, jul. dez. 2008. PORTELLI, A. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997. PORTELLI, A. "O momento da minha vida": funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. PORTELLI, A. O que faz a história oral

A produção historiográfica considera os diversos materiais – documentos – utilizados pelo historiador em seu ofício como portadores de narrativas históricas, compreendidas como práticas sociais que tencionam intervir na realidade, produzidas sempre em um determinado campo de forças, que expressam experiências sociais, isto é, evidências do vivido e do trabalho da consciência de os sujeitos históricos. Yara Aun Khoury assevera que, “ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista”<sup>19</sup>. As fontes com as quais o historiador lida em seu ofício expressam sempre evidências de experiências de sujeitos históricos inseridos em determinadas relações sociais. O material usado pelo historiador foi produzido em meio a tensões, contradições do vivido e em um tempo determinado. Não é suficiente ao historiador, em suas pesquisas, privilegiar o “conteúdo” expresso nas fontes. Igualmente importante é o *como* esse “conteúdo” está denotado nas fontes. A crítica das fontes deve problematizar o processo de produção dos documentos (quem, onde e com quais interesses os produziram), bem como sua preservação e a inserção destas nas relações histórico-sociais. Assim, é possível romper com o uso corrente das fontes como mero depósito de dados objetivos, ilustração ou espelho fiel da realidade<sup>20</sup>.

A formulação é significativa no contexto de uma tradição historiográfica que assume os desafios de lidar com as fontes como múltiplas linguagens produzidas no viver diário dos sujeitos históricos – os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra; mesmo a fonte oral, em que o pesquisador produz o próprio material na relação dialógica com os sujeitos.

O processo histórico e social de produção da memória é ativo. As circunstâncias da produção da entrevista, a subjetividade do pesquisador, marca a narrativa do sujeito, no diálogo mediado por um roteiro, na capacidade ou não do pesquisador em criar um ambiente tranquilo para a entrevista, pelas imagens recíprocas formuladas no período anterior ou mesmo durante a entrevista e, ainda, nas relações mantidas entre pesquisador e o sujeito entrevistado. Por outro lado, os relatos dos entrevistados trazem a

---

diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997. PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, Educ, n. 15, p. 13-49, abr. 1997. Os dossiês das revistas: *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 1-382, jan.jun. 2010. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 22, p. 1-453, jun. 2001.

<sup>19</sup> KHOURY, 2004, p. 125.

<sup>20</sup> Cf. MOREIRA, 2012, 2013.

marca da experiência<sup>21</sup> e da sua própria subjetividade, pois, as reminiscências são construções que expressam a relação entrevistador e entrevistado. A memória não é um armazenador passivo de fatos transcorridos durante a vida e, sim, uma força ativa e determinada historicamente, que seleciona o quê lembrar e como lembrar. Para Alessandro Portelli, a memória produzida durante a gravação de uma entrevista para a história oral sempre será pessoal, todavia as versões do passado são compartilhadas socialmente e a memória é “dividida” – está em disputa e expressa a luta de classes. Enfim, a subjetividade da memória não significa que seja impossível a apreensão dos seus significados<sup>22</sup>.

O conhecimento histórico construído pelo historiador também produz memórias e histórias<sup>23</sup>, que expressa, também, a luta de classes na produção do conhecimento histórico. E impõe ao historiador a necessária reflexão sobre o tempo presente e como o historiador se situa politicamente diante dos diversos problemas de seu tempo<sup>24</sup>.

## Memórias e histórias do assentamento Valmir Mota

A gravação da entrevista em 2012 com a assentada sem-terra Geni Isabel Teixeira de Souza sobre sua trajetória de vida e sobre a história do assentamento Valmir Mota ocorreu em sua residência provisória, num período anterior a demarcação dos lotes para cada família de assentados. Naquele momento, as casas foram construídas todas umas próximas das outras na parte superior do assentamento, bem próximo da antiga sede da fazenda, que não foi desapropriada, e da BR 277.

---

<sup>21</sup> SAMUEL, R. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997. p. 44.

<sup>22</sup> Cf. PORTELLI, A. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. *História, mito, rituais e símbolos. História e Perspectiva*, Uberlândia, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002. PORTELLI, A. *La ordem ya fue ejecutada*. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>23</sup> ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

<sup>24</sup> Cf. CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

A entrevista de 2012 com a Geni foi gravada com câmera de audiovisual e não com um simples gravador digital, que, muitas vezes, passa despercebido pelos entrevistados mais experimentados com a concessão de entrevistas, como é comumente o caso de militantes. A gravação de audiovisual altera a dinâmica e o contexto da entrevista, uma vez que é uma tendência daqueles que são entrevistados se preocuparem com a filmagem. Não raro, desviam o olhar do entrevistador e olham para câmera, fato que ocorreu diversas vezes com a Geni durante a gravação da entrevista. Outra especificidade da gravação audiovisual é a preocupação com a aparência e os cuidados com a linguagem, com a fala, já que conjectura que as imagens em movimento serão utilizadas em alguma produção audiovisual<sup>25</sup>. Se ocorre apenas a captação do áudio presume-se a transcrição da entrevista para seu uso como texto numa produção acadêmica, que foi o caso da entrevista realizada com a Geni em 2017. Geralmente, essas informações são repassadas aos entrevistados no início das entrevistas. No caso da Geni, em 2012, visitamos e filmamos antes da entrevista a escola do assentamento, que também recebe sem-terra de acampamentos da região. Naquela ocasião foi informado que talvez a entrevista seria utilizada em algum documentário. Assim, a entrevistada se preocupou com o modo como relatava sua trajetória de vida, com cuidado na elaboração de uma fala mais formalizada, mas a narrativa produzida manteve contornos coloquiais.

A questão que motivou o início da narrativa foi sobre a trajetória de vida da assentada Geni, que utilizou 11 minutos iniciais do seu relato:

Geni: Bom, eu tenho uma trajetória de vida vinda da agricultura. Sou filha de camponeses, agricultores. Cresci, me criei, casei na agricultura. E teve um processo da minha vida de [19]84 a [19]93 que eu morei no Mato Grosso. E daí lá eu inseri na verdade em vários trabalhos. [...] Meu ex-marido foi para um garimpo de ouro. E eu fiquei na cidade e fui trabalhar numa escola estadual no Mato Grosso, em Alta Floresta, lá no Mato Grosso. Entrava muita gente. Era uma movimentação de pessoas vindo do Brasil inteiro. [...]. Voltei de lá em [19]93. E vim de volta para Ampére, para a região Sudoeste do Paraná, onde mora a minha família. Daí fui morar junto com os meus pais, porque eles estavam sozinhos na roça. E daí me separei. Tive três filhos, dois nasceram no Mato Grosso e um nasceu antes de eu ir embora para o Mato Grosso. E ali eu me incluí de volta.

---

<sup>25</sup> O inverso pode ocorrer com sujeitos entrevistados que pouco ou nunca concederam entrevistas, seja de áudio ou audiovisual, pois a presença do gravador ou da câmera pode dificultar ou inibir a fala do entrevistado.



Como na minha adolescência e juventude a gente cresceu participando das lutas dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Minha família vem de uma família de movimentos sociais, onde a mãe e o pai conseguiram colocar nós todos nessa luta.

E antes de eu ir já para o Mato Grosso a mãe, como ela trabalhava no sindicato, ela fazia parte do sindicato, fazia parte de uma organização de mulheres, de agricultores, onde eles trabalhavam com as famílias que não tinham terra, que eram arrendatários, que moravam junto com os pais, mas que eram filhos de agricultores que tavam saindo do interior e vindo para cidade, uma cidade pequena, onde eles aglomeravam para fazer as ocupações de terra.

Naquela época era bastante assim... é em segredo porque tinha uma, na época não tinha nem terminado a ditadura, estava naquele processo de terminar a ditadura militar. E as famílias, lembro, nós morávamos no sítio, o pai tinha aquele galpão, que ele plantava fumo, e as mudanças das famílias ficavam lá enquanto eles iam para as ocupações e depois, se desse certo, vinham buscar as mudanças. Iam para as ocupações de terra aqui mais na região do Sudoeste, Oeste, ali em Mangueirinha, que hoje tem vários espaços que é assentamento<sup>26</sup>.

A família de Geni é oriunda de Santa Catarina e se deslocou para Ampére, Sudoeste do Paraná. Uma família de nove irmãos, mas apenas Geni está em área de assentamento. A narrativa inicia com a sua identificação como filha de uma família camponesa, de agricultores. A afirmação logo na primeira frase é expressiva para informar a identidade sem-terra da entrevistada. O trabalho da memória direciona a narrativa rapidamente para talvez um marco traumático da sua experiência vivida, que foi o casamento, a mudança para Alta Floresta e a separação do marido. Sobre a vida familiar com o esposo no Paraná, anterior ao deslocamento para Mato Grosso, nada foi relatado. Apenas a referência ao filho que nasceu antes da migração familiar para o trabalho do marido no garimpo e dela em uma escola. A separação do marido motivou o retorno de Mato Grosso e a viver novamente junto com os seus pais. As expressões faciais e o modo como o fato foi narrado revela um processo traumático de separação conjugal. O motivo da se-

---

<sup>26</sup> SOUZA, Geni Isabel Teixeira de. Entrevista realizada em 05 de março de 2012. Entrevistadores: Rinaldo José Varussa e Vagner José Moreira. Assentamento Valmir Mota, Complexo Cajati – BR 277, Cascavel-PR. Duração: 1h19min. Agradeço ao Lucas Eduardo Gaspar o trabalho técnico da filmagem da entrevista.

paração não foi informado e os pesquisadores não pautaram o tema durante a entrevista.

“E ali eu me incluí de volta”, todavia, é a frase chave desse trecho da entrevista (talvez de toda a entrevista), pois informa que sua história não iniciou com o casamento e a sua mudança para o Mato Grosso, como se pode apreender do início da narrativa. A sua trajetória de vida está marcada pela militância dos seus pais na luta pela reforma agrária ainda no período da ditadura civil e militar no Brasil, uma família de pequenos proprietários solidários para com os trabalhadores rurais sem-terra e os movimentos sociais e sindicais na região Sudoeste do Paraná. É nesse momento que Geni nos informa que sua mãe trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampére e que ela acompanhava a mãe na participação ou na organização de grupos de mulheres agricultoras, num momento em que era jovem e solteira. Certamente, as reminiscências de Geni remonta ao final da década de 1970 e início da década de 1980, período de emergência dos movimentos sociais no campo e na cidade, da organização de Comunidades Eclesiais de Base no interior da Igreja Católica, dos movimentos de oposição e de criação de um sindicalismo combativo no Brasil, da mediação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que também se fez presente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná<sup>27</sup>.

No período anterior ao deslocamento para Mato Grosso, talvez ainda antes do seu casamento, narra a solidariedade da família e a utilização

---

<sup>27</sup> Cf. ALMEIDA, P. R. Política e organização dos trabalhadores frente à “abertura política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, M. C. T.; PATRIOTA, R. (org.) **Política, cultura e movimentos sociais**: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. CHRIST, F. M. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010. MUNAKATA, K. O lugar do movimento operário. O lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 43, p. 9-40, jul./dez. 2010. PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983. SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão social e a utopia**: um estudo sobre assentados rurais. Curitiba: CRV, 2016. SILVA, O. H. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. POLETTO, I. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

dos galpões de secagem e estoca de fumo<sup>28</sup> para a acomodação dos pertencentes das famílias que partiam para as ocupações de terra. A narrativa tem o sentido de relacionar o passado familiar ao seu engajamento como sem-terra na luta pela reforma agrária, pois afirma que seus pais foram os responsáveis pela sua formação e consciência: “a mãe e o pai conseguiram colocar nós todos nessa luta.”

A memória expressa na narrativa da entrevistada Geni foi construída de um modo que imbricou dialeticamente a trajetória pessoal com a militância e, assim, evidenciou o processo histórico da identificação da Geni como sem-terra e a formação da sua identidade sem-terra:

Geni: E daí nesse processo, que eu fui para Mato Grosso, eu me afastei um pouco, mas na volta, quando eu voltei, eu me, me incluí de novo nesse processo do sindicato, com a luta das mulheres, das pastorais da Igreja. E daí trabalhava com a Assesoar, que a Assesoar também é da agricultura familiar de Francisco Beltrão, é no projeto de alimentação alternativa, né, trabalho junto com as famílias da região ali do Sudoeste, onde a Assesoar abrangia, trabalhando num projeto de alimentação mesmo, de produção e venda das feiras de alimentos agroecológicos, né, alimentos sem agrotóxicos. E daí eu tava dentro da Assesoar quando iniciou-se então a pedagogia, já tava nessa luta dentro dos movimentos sociais tá conseguindo uma turma de pedagogia da terra. A gente chamava antes pedagogia da terra. Depois que a universidade colocou o nome para Pedagogia para Educadores do Campo. E daí eu saí da Assesoar pra poder estudar. Fui pra universidade, que era uma oportunidade, sempre quis cursar um curso, mas na época não tinha possibilidade de fazer, tinha os filhos pequenos, morava só eu com os filhos. Daí eu fiz então a primeira, fiz o vestibular passei, fiz o curso de Pedagogia para Educadores do Campo, na Unioeste de Francisco Beltrão. Fiquei em Francisco Beltrão até 2005. Fiquei em duas etapas só, enquanto aconteceu duas etapas do curso. Daí eu saí. Esperei meu menino terminar o ensino médio e vim pra, vim pro acampamento aqui na Cajati, nesse local onde estou, desde 2005, então, estou aqui no acampamento Primeiro de Agosto, que é na área aqui embaixo. Morando ali e também incluída no setor de educação. E agora, então, além do setor de educação, da coordenação da escola, na contribuição na

---

<sup>28</sup> Sobre a produção de fumo, o documentário *O diagnóstico* (2019), dirigido por Beto Novais, desnuda o processo de adoecimento de pequenos agricultores por conta do uso intenso de agrotóxicos na produção de tabaco no interior do Paraná. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fKD2\\_Bbt8PY](https://www.youtube.com/watch?v=fKD2_Bbt8PY). Acesso em: 19 jul. 2020.

coordenação da escola, também assumi a coordenação estadual da brigada. A brigada compreende então vários espaços do acampamento, né, vários espaços de acampamento e assentamento aqui da região, que abrange os assentamentos de Lindoeste, acampamento de Lindoeste. Santa Teresa tem assentamento, tem assentamento em... Dois assentamentos em Santa Teresa. Os acampamentos de Cascavel. Tem assentamento em Ibema, Campo Bonito, então, todos eles compreendem a Brigada Teixeira [...]<sup>29</sup>.

Geni informa que atuou profissionalmente na Assesoar<sup>30</sup> auxiliando pequenos agricultores na prática da agroecologia visando uma alimentação livre de agrotóxicos. A sua trajetória pessoal e familiar certamente a credenciou para esse trabalho, bem como para o curso de Pedagogia para Educação do Campo, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão, fatos que marcaram sua experiência social. O deslocamento para o acampamento Primeiro de Agosto, no Complexo Cajati, ocorreu apenas em 2005, quando seu filho concluiu ensino médio e ela o curso de Pedagogia para Educação do Campo.

Nesse trecho da entrevista novamente o conceito “incluir” é central na narrativa da entrevistada. No trecho anterior o conceito tinha aparecido para demonstrar sua condição de sujeito da história. E, novamente, para evidenciar a militância no sindicato dos trabalhadores rurais, no movimento das mulheres, no interior das pastorais da Igreja Católica, no Setor de Educação do MST, na escola Zumbi dos Palmares<sup>31</sup> e em diversas atividades e responsabilidades políticas na brigada Teixeira<sup>32</sup>. E o vocabulário usado

---

<sup>29</sup> SOUZA, 2012.

<sup>30</sup> A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, (Assesoar) foi fundada em 1966 por agricultores familiares no contexto da luta dos posseiros do Sudoeste do Paraná pela posse da terra, com apoio de padres belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, e profissionais liberais de Francisco Beltrão, vinculado à Juventude Agrária Católica (JAC). Hoje, a “ASSESOAR se relaciona com muitos atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa, e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, Agroecologia e Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo.” Cf. ASSESOAR. Quem somos. Fundação. A Assesoar foi criada em 1966. Disponível em: <https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-assesoar/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

<sup>31</sup> Sobre a Escola Zumbi dos Palmares, Cf. MARCONDES, V. L. **A transição da escola pública do campo**: a experiência da Escola Itinerante Zumbi Dos Palmares. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

<sup>32</sup> De acordo com Cleide Aparecida Ferreira, “No acampamento e assentamento todas as famílias estão nucleadas. Os Núcleos de Base são compostos por 10/12 famílias. A cada cinco

não é apenas aquele que está disponível no seu repertório ou léxico pessoal, mas o que tem sentido para a sua experiência social. Talvez esse seja o motivo do uso do termo “incluir”. É muito provável que a narradora entenda o sentido binário do conceito “inclusão”, com seu oposto “exclusão”, uma vez que foram conceitos amplamente utilizados para organizar narrativas vinculadas a Teologia da Libertação, aos movimentos sociais e as pedagogias de tendência histórica-crítica. O conceito binário “incluir” é insuficiente para situar historicamente as trajetórias de vida dos sujeitos, com a formalização de projetos políticos para as suas vidas, por exemplo, a separação do marido, o retorno para Ampére, a militância no sindicato e no movimento de mulheres, o trabalho na Assesoar e, por fim, a decisão de deixar o trabalho na Assesoar para fazer o curso de Pedagogia para Educação do Campo, uma vez que evidenciam ações conscientes do sujeito dando direção a sua vida, em meio às múltiplas possibilidades históricas em cada presente vivido. O vocabulário utilizado articula a sua história de engajamento político com a sua formação no ensino superior no curso de Pedagogia. Todavia, alguns conceitos utilizados pela narradora para relatar sua história não são suficientes para demonstrar – evidenciar – a complexidade do que foi o viver e expressa o trabalho da memória nas reminiscências narradas na entrevista.

Ao mencionar as frases “me inclui de novo nesse processo” e “também incluída”, Geni ocultou o processo histórico contraditório de disputas e conflitos, sempre tenso, em cada embate vivido que, muito provavelmente, ocorreram ao se separar do marido, ao retornar inicialmente para a casa dos pais, ao reengajar na militância política no sindicato, no movimento de

---

Núcleo de Base (NB) se constitui numa brigada de 50 membros, em torno de 60 famílias, com uma organização específica e que depois vão ampliando-se. O nome da brigada ocorre quando são reorganizadas a cada 500 famílias em uma região, que homenageia um companheiro que tenha contribuído significativamente com o processo de luta. Neste caso Diniz Bento da Silva, o Teixeira da Silva dirigente do MST é homenageado, que foi torturado e morto por policiais, na Fazenda Santana em Campo Bonito-PR, em 08 de março de 1993. Em outras palavras uma brigada corresponde ao conjunto de assentamentos e acampamentos que estão vinculados a uma secretaria do MST. Por exemplo, no município de Cascavel há uma secretaria, onde todos os assentamentos e acampamentos dos municípios vizinhos ligados a esta secretaria compõe-na. Integram a Brigada os municípios de Campo Bonito, Lindoeste, Santa Tereza, Céu Azul, Ibema, Catanduvas, Guaraniçu, Corbélia, Braganey e Cascavel.” FERREIRA, C. A. **A luta por terra, pão e saber: a escola forjada na pedagogia da luta**. 2017. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS, 2017. p. 13.

mulheres e também no trabalho e militância na Assesoar.<sup>33</sup> Cada um desses fatos históricos vividos não se constituíram em eventos que, naturalmente, foram “acontecendo” na vida da militante Geni, como se fosse uma história em evolução linear e progressiva. Para cada um desses fatos demandou um posicionamento e enfrentamento pessoal e político diante de oposições e incertezas da vida. Para Geni, foi “viver as contradições e as opções sob pressão”, pois, certamente, ela sabia de “onde as pressões vinham”<sup>34</sup>. Foi o que ocorreu quando decidiu renunciar ao trabalho remunerado na Assesoar para ingressar no curso de Pedagogia para Educação no Campo e, posteriormente, quando deixou Francisco Beltrão e se deslocou em 2005 para o acampamento Primeiro de Agosto e se assumiu como uma acampada e sem-terra. Ou quando disputou politicamente, no interior do acampamento, ou agora assentamento, uma posição de coordenação. O que estava em disputa sempre foram os projetos políticos compartilhados por Geni e seus companheiros de militância no MST, o projeto político que defendiam para o acampamento e o assentamento. E o conceito “inclusão” pode passar a falsa impressão de um viver harmonioso e linear – o “bastou incluir-se”! Os conceitos “inclusão” e “exclusão” demonstram os limites do viver no capitalismo, sem rupturas, orientando o olhar e a intervenção na realidade sem a proposição da transformação social. O que é uma contradição com a política do MST, que se opõe ao capitalismo – ao agronegócio – e defende a agroecologia, por exemplo. Na vida diária os sujeitos tencionam e pressionam para modificar o que é possível na vida e o processo de transformação social não é marcado por rupturas bruscas. A própria reforma agrária constituiu-se num processo de transformação social contraditório, dialético, e segue o ritmo que os movimentos sociais conseguem imprimir diante das relações de forças vividas em cada momento histórico.

A memória, a subjetividade e as condições de produção das fontes orais também se impõem na interpretação da entrevista produzida pela historiadora Cíntia Valéria de Mello com a assentada Geni. A pesquisadora não

---

<sup>33</sup> O uso dos termos “talvez”, “certamente”, “provavelmente”, “muito provavelmente”, entre outros, estão relacionados a impossibilidade de afirmações categóricas, positivistas, e a apreensão exata do que realmente aconteceu, mas as evidências e a própria historiografia têm demonstrado como uma tendência ou possibilidade. Essas formulações teórico-metodológicas são oriundas das obras de Carlo Ginzburg e Natalie Davis, Cf. GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Em particular o capítulo, “Prova e possibilidades”. DAVIS, N. Z. **O retorno de Matin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>34</sup> WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 328 e 329.

formulou para Geni uma questão inicial sobre sua trajetória de vida, mas sobre a história dos acampamentos e ocupações anteriores ao assentamento Valmir Mota:

Geni: Então assim ó, o movimento aqui na região Oeste, ele já tem mais de 30 anos né. É desde antes de se formar a sigla MST, já tinham os sem-terra que faziam várias ocupações na região, não precisamente em Cascavel, mas na região. Então em [19]84 surge aqui, através de uma assembleia dos sem-terra [...], que se formou a sigla MST. Então, todo o sem-terra era do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – que antes era sem-terra, era Master, era organizado pelos sindicatos e era outras organizações. E daí que foi formando os sem-terra, né, através das igrejas e tal. E em [19]84 se formou o MST. Aqui na região, em Cascavel, já em [19]90, a partir de [19]90, teve várias ocupações. Ibema, tem uma, tem um acampamento, que hoje é acampamento, porque nunca foi comprada, nunca foi definida a terra numa fazenda em Ibema, que tem cento e poucas famílias e que é um acampamento, as família tão todas espalhadas na área, mas nunca se resolveu lá, né, então nunca o Incri, nunca é... porque na época eles não conseguiram encontrar a documentação dessa área. E parece que agora, né, depois de mais de quase 30 anos que os proprietários tão se mexendo, sabe? Alguém tá se mexendo e tá incomodando lá, então. Mas as famílias tão, já nasceram os filhos, os filhos já casaram, uns já morreram e tão lá nessa terra em Ibema. E aqui em Cascavel, mais precisamente em [19]99 que começou a ocupação nessa, nesse Complexo Cajati, que ele vai daqui até lá no outro, onde tem outro acampamento lá, onde que é o Resistência Camponesa, né, que antigamente era o Casa Nova, já chamava Casa Nova. Então, a partir de [19]99 reuniu-se um grupo muito grande de gente e foi feita a ocupação. Daí tinha um... várias outras pessoas que eram do que chamava Bandeira Branca, que não era do MST, que era um grupo de famílias que ocuparam terras sem organização, né, mas sem uma organização assim, então chamavam Bandeira Branca. Daí o MST veio pra ali e organizou essas famílias, então eles fizeram a primeira ocupação nesse Complexo, porque era... aqui era dum dono só, quando o MST ocupou lá, eles dividiram as áreas pros herdeiros, né, então são parentes, um é parente do outro aqui. É daí foi, é, eles fizeram a primeira ocupação lá em [19]99 e foram entrando pra área, vieram pro Selena César, daí do Selena [Sirlene] César como a área era pouca terra para as pessoas plantar, eles vieram para ocupação no Dorcelina [Folador]. Ali no Dorcelina, a partir do Dorcelina, também ficou pequena a área,

eles foi organizado outras famílias que vieram de despejos de outras áreas, da região Centro, de várias outras regiões, famílias que já tinham sofrido quatro, cinco despejos, na beira da BR, entraram para dentro da área e despejavam de novo. Então, organizou o movimento do estado do Paraná, organizou-se as famílias e elas vieram para o Dorcelina, se aglomeraram no Dorcelina, né, durante aquela semana e daí foi feita a ocupação no Primeiro de Agosto<sup>35</sup>.

A entrevista com a militante Geni inicia com uma pergunta sobre um processo histórico que não foi vivido por ela, visto que no período ainda residia em Francisco Beltrão. As ocupações, os acampamentos e os diversos movimentos sociais que ocorreram desde o ano de 1999 até 2005 em Cascavel envolvendo os sem-terra, a militante Geni não participou. A pergunta foi justificada pela trajetória de militância da entrevistada e pela necessidade de aprofundar a pesquisa sobre os primeiros acampamentos de sem-terra em Cascavel, que mobilizaram e organizaram parte dos assentados do Valmir Mota. A memória sobre os esses eventos foi construída a partir da memória social compartilhada nos materiais produzidos pelo MST ou durante as diversas reuniões e conversas informais sobre a história de luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, no acampamento Primeiro de Agosto, a partir de 2005. É provável que no período anterior ao deslocamento para o acampamento Primeiro de Agosto Geni tenha entrado em contato com materiais ou companheiros de MST que compartilhavam a memória das diversas lutas pela reforma agrária na região Oeste do Paraná. Talvez isso explique a confusão entre as siglas do movimento organizado no Oeste do Paraná antes da fundação do MST – Geni mencionou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), organizado no Rio Grande do Sul, mas o movimento organizado na região foi o Mastro.

O início das duas entrevistas evidencia narrativas de uma militante do MST. Nas duas entrevistas as subjetividades dos pesquisadores informaram o conteúdo das narrativas. Contudo, na primeira entrevista, os temas relacionados a vida pessoal foram utilizados para informar a trajetória militante – e o sujeito da entrevista é a própria narradora – até o momento em que Geni foi indagada sobre a história do assentamento. Na segunda entrevista, o assentamento Valmir Mota emerge como sujeito. E a história do MST, o Primeiro Encontro Nacional em 1984, os acampamentos, ocupações

---

<sup>35</sup> SOUZA, Geni Isabel Teixeira de. Entrevista realizada em 23 de junho de 2017. Entrevistadora: Cintia Valéria de Mello. Assentamento Valmir Mota, Complexo Cajati – BR 277, Cascavel-PR. Duração de 2h30min13s.



e o assentamento Valmir Mota foram narrados na terceira pessoa. A vida pessoal da entrevistada não articulou diretamente a interpretação do relato histórico, mas, a partir da sua trajetória militante, um ponto de vista circunscrito, que a narrativa sobre a história do assentamento Valmir Mota foi relatada.

Na primeira parte da entrevista produzida em 2012, a vida pessoal da militante organizou a narrativa e os atos interpretativos sobre o processo histórico que foram estruturados a partir da experiência vivida e pensada pela Geni, com o relato sempre na primeira pessoa. Nenhuma intervenção com questões por parte dos entrevistadores foi necessária para que a entrevistada prosseguisse com o relato. A narrativa pareceu seguir um fluxo de consciência, motivado pela pergunta inicial. Certamente, a reminiscência sobre a memória pública de sua vida foi elaborada em momentos anteriores para si mesma ou para outras pessoas – companheiros do acampamento e assentamento ou, ainda, em entrevistas a outros pesquisadores. A elaboração de uma memória pública é motivada pelos sujeitos quando avaliam a necessidade de tratar a memória de um modo que consigam lidar com o presente e o passado de suas vidas. No trabalho da memória é comum os sujeitos entrevistados a seleção e ocultação de determinados fatos de suas vidas que, porventura, ainda não consigam lidar adequadamente. Nesse processo, pode-se passar um longo tempo<sup>36</sup>. E o relato da trajetória pessoal de Geni evidencia que a reminiscência foi densamente elaborada e reelaborada, diversas vezes.

Geni informa que do Acampamento Primeiro de Agosto foram deslocadas famílias de sem terra para a formação de assentamentos em diversas regiões do Paraná, tais como, 80 famílias para Jacarezinho, 160 famílias para Guairacá, Londrina, entre outras. E também que o assentamento Valmir Mota recebeu famílias de outros acampamentos, tais como, 10 famílias de São Miguel do Iguacu, um de Campo Bonito, que militava na Escola Milton Santos, em Maringá, mas que antes foi acampado na região, entre outros. O objetivo foi justificar que a seleção do Incra das 83 famílias assentadas sempre foi pautada pelo tempo vivido dentro dos acampamentos de sem-terra e o comprometimento com a prática agroecológica.

---

<sup>36</sup> Cf. THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, fev. 1998. THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

A origem das famílias dos acampamentos de sem-terra na luta pela reforma agrária alterou desde a formação do MST, em 1984. Antes mesmo da criação do MST os sem-terra que formavam movimentos sociais de luta pela terra foram oriundos da expropriação por conta da construção de barragens (como pequenos proprietários e seus filhos, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados rurais expropriados diante dos alagamentos e a criação dos lagos),<sup>37</sup> pequenos proprietários, trabalhadores rurais sem terra expropriados diante das mudanças na base técnica da produção agropecuária e da reorganização das relações de produção no campo<sup>38</sup>. Nos tempos hodiernos, além desses sujeitos, o MST tem procurado organizar trabalhadores precarizados e desempregados das periferias das cidades. Na região Oeste do Paraná outro sujeito expropriado tem vislumbrado na luta pela reforma agrária como um projeto para suas vidas – os brasiguaios:

Geni: Aqui na região Oeste geralmente a gente tem famílias oriundas do país vizinho, do Paraguai. Nós temos muitas famílias agora até no processo de assentamento nós temos famílias aqui que faz muitos anos que tá no movimento, dez, doze anos, que vieram do Paraguai. Ou eram filhos de brasileiros que foram pro Paraguai e daí agora retornaram. Outros são nascidos no Paraguai, de famílias que foram brasileiros pra lá, mas nasceram lá, são registrados. Até deu um problema na documentação de umas pessoas, que elas têm que fazer a opção, né, então, pra ser assentadas, mas a maioria é filhos de agricultores da região, da região Oeste, do Centro-Oeste, do Sudoeste, a maioria é filhos de agricultores e oriundos de uma forma ou de outra do campo, que às vezes foram pra cidade, tentar a vida na cidade e não conseguiram. Tem famílias mesmo que saíram de favelas, muito tempo de favelas mesmo, de não ter outra opção de coisa. Às vezes vem pra as áreas mesmo, vem para áreas de acampamento muitas vezes, a princípio, pra adquirir um lugar para morar, simplesmente, às vezes pra ter um lugar pra morar, vai lá faz

---

<sup>37</sup> Cf. MORAES JUNIOR, 2011. SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória.** Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História) Marechal Cândido Rondon: Unioeste. 2008.

<sup>38</sup> Cf. CUNICO, J. M. **Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012.** 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014. MOREIRA, V. J. **Agronegócio e a avicultura no Oeste do Paraná.** Trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013). 2017. Promoção à Classe de Professor Associado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. MOREIRA, 2019.

um barraco, mora lá e tal. Mas quando elas chegam em todos os acampamentos a gente tem uma organicidade dentro do acampamento, a gente mantém uma organização. Então, não é simplesmente um espaço onde vem, moram, fazem o que querem, saem e voltam na hora que querem. Então, ninguém é obrigado a ficar, mas também, né, quem fica sabe que um dia, a pessoa permanecer, um dia vai conquistar a terra dele, não vai ganhar, vai conquistar. É diferente que dizer assim que o governo que nos dá. O governo não nos dá nada. É nós que conquistamos. É nós que trabalhamos pra conquista esse chão. Então, elas são incluídas num grupo de base [...]”<sup>39</sup>.

Desde o início da década de 1980, os trabalhadores rurais sem-terra brasiguaios deslocam-se do Paraguai e retornam para o Brasil<sup>40</sup> e somam aos outros trabalhadores rurais sem-terra na luta pela reforma agrária na região Oeste do Paraná. Geni, além de problematizar a origem dos sem-terra do assentamento Valmir Mota, informa o desenvolvimento de atividades de formação – educação – nos Núcleos de Base no interior dos acampamentos forjando a expectativa de conquistar a terra por meio da organização e da luta<sup>41</sup>.

A narrativa sobre a trajetória de vida seguiu durante 11 minutos iniciais da entrevista, até o momento quando esse fluxo de consciência se exauriu. E, depois, indagada sobre a história de formação do assentamento:

Geni: A história dessa área ela vem desde [19]98, [19]99, quando foram feitas as primeiras ocupações em cima dessa área, porque ela é um complexo grande, então, a gente se entende como Complexo Cajati. Ela vai até perto de Ibema, aqui no rio do Salto, então é uma área muito grande aqui. Em [19]99 foi feita uma ocupação pelo MST lá no acampamento que se chamava Selena [Sirlene] César, que é pra

---

<sup>39</sup> SOUZA, 2012.

<sup>40</sup> Sobre os brasiguaios a produção acadêmica é vasta, entre outros, Cf. FABRINI, J. E. Campepinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **Boletim Dataluta**, v. 23, p. 1-9, 2012. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_11\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_11_2012.pdf). Acesso em: 9 jul. 2020. MARQUES, D. H. F. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. 2009. 171f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

<sup>41</sup> De acordo com Cintia Valéria Mello, diante dos conflitos entre brasiguaios e paraguaios, militantes do MST da região Oeste do Paraná se deslocou ao Paraguai para dialogar com os movimentos camponeses e organizar os brasiguaios sem-terra na luta pela reforma agrária no Brasil. Cf. MELLO, 2018.

lá do pedágio, ali numa área que tem ali, numa área que é do reassentamento da Copel, tem o assentamento da Copel, pro lado de cá onde foi feito o acampamento. E daí foi feito um outro acampamento maior, que é o Dorcelina, que entra ali perto do Rio do Salto aqui, o acampamento Dorcelina Folador. E como a área de terra que eles plantavam foi ficando pequena com o número de famílias que tinham ali acampado, então, se pensou em fazer uma outra ocupação encima da mesma área. A ideia era ocupar essa área mesma aqui, que é onde agora é o assentamento, né, até a sede. Mas, como a gente que sabe quando se ocupa uma estrutura maior, então, é mais dificultoso isso por outro lado. E daí, então, as famílias mapearam um espaço onde é, as pessoas responsáveis que fazem isso, foi mapeado então aonde hoje é o Acampamento Primeiro de Agosto, foi feita a outra ocupação. Foi feito então a ocupação do Primeiro de Agosto, que ficava próxima dessa área, que era mais fácil de negociar com o cara que é dono dessa área. Ele tinha um diálogo melhor com o pessoal do Movimento, então, apesar de ser parente dos donos das outras áreas de onde tinha sido ocupado. Então, ocupou-se o Primeiro de Agosto, no dia primeiro de agosto de 2004, foi feita a ocupação ali com 1200 famílias. E ficou mais de 600 famílias lá no Dorcelina Folador. Então, não foi desocupado aquela área e foi ocupada outra área na época com mais de 1200 famílias. [...].

Então, daí a terra foi negociada. Isso já faz uns 3 anos que a terra foi negociada já. Então, o Incra comprou a terra, comprou essa parte daqui.

Mas antes disso, da terra ser negociada, desse acontecimento, a gente fez uma ocupação na área da Syngenta, em Santa Teresa do Oeste, nós temos um assentamento do lado de cima de área, um assentamento de dez famílias. E foi feita uma ocupação, então, devidamente pelo que acontecia lá, por ser um centro de experimento de semente geneticamente modificada e por ela estar próxima de uma área de reserva, que é o Parque Ambiental ali, o Parque do Iguaçu. Então, a gente fez uma ocupação, ficamos lá dentro um tempo e devido que o governo do Estado taria pagando muita multa por manter, pra gente continuar lá, a gente fez um acordo com o governo, se retiro, ficamos no assentamento. E quando foi feita uma nova reocupação a gente perdeu um companheiro nessa ocupação. O conflito não diretamente talvez com a empresa, mas era com a empresa de segurança que eles tinham contratado pra fazer a segurança na área, acompanhado de outras pessoas que não gostam do movimento se articularam e invadiram o espaço na hora

do meio dia. E chegaram atirando, né, então, nós perdemos nosso companheiro Valmir Mota, que é o popular Keno. Então, o Keno veio a falecer nesse dia 21 de outubro de 2007.

E essa área também, aí essa área também tava em negociação, mas, graças a Deus, a gente conseguiu que ela continuasse em negociação e ela foi comprada pelo Incra, foi adquirida pelo Incra, então. E daí ano passado, daí o cara se retiro. Só que ela foi comprada só a área de terra, não foi comprada a sede da fazenda, que é onde tem o grupo de casas ali e os barracões. Então, foi comprada a terra, não essa área, que continua sendo dele mesmo ainda essa área. Hoje mora funcionários de uma empresa ali. Então, foi adquirida essa área e a gente colocou o nome dela de assentamento Valmir Mota em homenagem ao Keno. Tanto que a mulher e os filhos dele moram aqui também, moram nesse assentamento, estão aqui assentados, estão nesse coletivo aqui<sup>42</sup>.

Geni está preocupada em elencar os eventos que marcaram a memória da luta dos acampados até a conquista do assentamento. Contudo, também informa eventos ocorridos quando ainda residia em Francisco Beltrão e, assim, não foram vivenciados por ela. Mais uma vez, evidencia a memória socialmente compartilhada, trabalhada, debatida e narrada entre os assentados durante o processo de luta dos sem-terra na conquista do assentamento. Embora com um tratamento um pouco diferente nas duas entrevistas, os temas foram recorrentes e praticamente os mesmos. Se na entrevista de 2017, a historiadora pautasse a trajetória de vida, Geni, muito provavelmente, narraria os mesmos eventos da sua vida pessoal, narrados na entrevista de 2012, situando-se politicamente a partir de um novo presente e de enredos que fossem significativos no ano de 2017.

A memória sobre a história do assentamento Valmir Mota retoma as ocupações e acampamentos ocorridos ainda em 1999, uma vez que parte significativa dos assentados foram oriundos desses movimentos sociais e muitos permaneceram acampados durante todo esse período. Desses acampamentos, o Casa Nova, Sirlene César e o Dorcelina Folador foram organizados em 1999. Os acampamentos Primeiro de Agosto, Olga Benário e Sete de Setembro datam o ano de 2004. O acampamento Resistência Camponesa<sup>43</sup> é o novo nome do acampamento Casa Nova, renomeado em 2015

---

<sup>42</sup> SOUZA, 2012.

<sup>43</sup> No final do ano de 2019, os sem-terra dos acampamentos Resistência Camponesa, Primeiro de Agosto e Dorcelina Folador organizaram a “Vigília Resistência Camponesa: por terra, vida e dignidade” para denunciar as ameaças de despejos autorizados pelo governador do

para demarcar os anos de resistência na luta pela reforma agrária<sup>44</sup>.

Na região Oeste do Paraná, o MST manteve acampamentos permanentes, que se constituíram em ambientes sociais e políticos de formação de sem-terra para a resistência e luta pela reforma agrária e a irradiação das lutas do MST (Dorcelina Folador, Primeiro de Agosto, Sete de Setembro, Olga Benário e Resistência Camponesa) para os quais sempre foram acampadas famílias sem-terra para a formação – educação – de uma identidade sem-terra e camponesa, que consistia na apreensão de práticas de organização e luta, valores e princípios em agroecologia e de oposição ao agronegócio, por exemplo. O processo de formalização desses assentamentos permanentes com essa perspectiva política ainda demanda pesquisa. Todavia, a história desses assentamentos permanentes demonstra uma nova estratégia de luta pela reforma agrária em gestação.

Na narrativa, Geni expõe a preocupação e a tática do Movimento na definição da área que deveria ser ocupada para a formação do acampamento Primeiro de Agosto. Inicialmente, projetou-se a ocupação da área em que hoje estão assentados, que é próxima a BR 277 e da sede da fazenda. Entretanto, avaliou-se que seriam mais custosos o enfrentamento político e a conquista da terra e decidiu-se pela ocupação alguns quilômetros mais distantes da rodovia. Mesmo assim, no relato editado, Geni enfatiza os conflitos com o “setor ruralista” da região Oeste do Paraná durante o período de acampamento no Primeiro de Agosto diante, ainda, da proximidade da área com a cidade de Cascavel. O acampamento evidenciou a disputa em torno de projetos antagônicos para o campo no Oeste do Paraná: de um lado estavam os sem-terra defendendo uma agricultura agroecológica e, do outro lado, os ruralistas na defesa intransigente do agronegócio – do capitalismo para o campo.

A frase “ninguém é obrigado a ficar” é preñe de significados. A formulação denota a possibilidade da conquista da terra por meio da permanência no acampamento, que em si configura uma atitude de resistência

---

estado do Paraná, Ratinho Junior, demonstrando um alinhamento político com o governo federal de Jair Bolsonaro. A vigília ocorreu próximo ao acampamento Resistência Camponesa, no Complexo Cajati e envolveu em torno de 300 sem-terra dos três acampamentos e assentamentos da região. A vigília transcorreu permanentemente até quando foi possível e apenas foi interrompida com o início da pandemia de Covid-19 em meados do mês de março de 2020. Cf. MST. Camponeses iniciam Vigília contra ameaça de despejo ordenado pelo Governo do Paraná. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/12/29/camponeses-iniciam-vigilia-contra-ameaca-de-despejo-ordenado-pelo-governo-do-parana/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

<sup>44</sup> MELLO, 2018, p. 51-58.

pelos acampados, mas também tem o sentido de se adequar as normas de organização da vida e de trabalho no interior do acampamento. E a diversidade de expectativas e das trajetórias de vida dos sujeitos torna a convivência no acampamento sempre conflituosa e, em alguns momentos, tensa. Contudo, o MST vislumbra no tempo vivido no acampamento<sup>45</sup> como o período não apenas de luta pela reforma agrária, principal sentido da existência do acampamento, associados às diversas mobilizações visando o assentamento dos acampados, mas o tempo do acampamento tem como objetivo o fazer-se da cultura camponesa permeada por valores e princípios de resistência ao capitalismo – ao agronegócio – e de defesa da agroecologia e da agrofloresta, com uma produção livre de agrotóxicos.

Na entrevista de 2012, Geni não tratou da formação do MST na região Oeste do Paraná, em 1984. Talvez, por considerar que o evento fosse de conhecimento dos historiadores que a entrevistava. Entretanto, narrou a ocupação da Syngenta pelos sem-terra em resistência aos experimentos com sementes transgênicas realizadas pela empresa em Santa Teresa do Oeste, que levou a morte o militante Valmir Mota de Oliveira, o Keno, e muitos outros feridos. O fato foi lembrado para explicar a origem do nome do assentamento Valmir Mota. Geni narra os conflitos enfrentados pelos acampados, a conquista do assentamento com a compra da área pelo Incra em 2010<sup>46</sup> (depois de um período de mais de 10 anos de vida em acampamentos para muitas das famílias de sem-terra do assentamento) e, ainda, o tempo de espera de mais 3 anos para o assentamento.

Geni realizou uma ruptura brusca no relato para inserir o tema da ocupação da Syngenta e narrar a morte do Keno, que se explica pelo caráter ativo e humano da memória. Contudo, também demonstra mais uma vez que os eventos narrados pela militante assentada foram socialmente selecionados para compor a memória de luta do assentamento Valmir Mota. E a morte do Keno deveria ser lembrada, pois, além informar o nome do assentamento, evidencia um passado de resistência em defesa de um projeto agroecológico, que o sangue de muitos sem-terra foram derramados na defesa desse projeto de assentamento e um sem-terra, infelizmente, tombou nessa luta<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Cf. LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

<sup>46</sup> De acordo com a Portaria do Incra/SR-09 n. 49, DOU de 13 de dezembro de 2010. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO. Projeto de Assentamento Valmir Mota Município de Cascavel, 2014. p. 30.

Na entrevista de 2017, Geni informa que não esteve presente na ocupação da Syngenta no dia do assassinato do sem-terra Keno, mas narra detalhadamente como ocorreu a ocupação e o assassinato:

Geni: É do Primeiro de Agosto que foram morar lá dentro, né. Foram morar lá dentro, foi feita a ocupação. Ficou um grupo bem grande de pessoas lá. Isso foi em 2006. É as famílias ficaram lá dentro, daí o... eles tiraram uma parte das coisas deles que ficaram lá e não foi mexido nessas coisa, foi lacrado e não foi mexido, né. É, daí em dois mil e... Início de 2007, as famílias foram obrigadas a sair de lá. Nós fomos obrigados a tirar as famílias, trazer pra frente, elas ficaram na beira da BR, para fora do portão, porque... porque o governo do Estado na época era o Requião e ele tava pagando não sei quantos mil reais por dia se mantivesse as famílias lá dentro.

Cintia: Pagando para a Syngenta?

Geni: Pagando para... sei lá se é para a Justiça, pra Syngenta ou para quem que foi. Eu sei que eles ganharam né... e a gente retirou as famílias lá de dentro. Deixamos as famílias na beira da BR. E passou um período, né, um tempo, para desafogar quando o processo do governo do Estado caiu, né, a gente fez a reocupação. Então, o que que aconteceu... É no dia, nesse dia, né, dia 21 de outubro, era um domingo, estava acontecendo uma formação aqui na Agrotec, aqui em cima, era uma formação estadual, então, tinha gente de várias partes do Paraná que estavam aí. Daí durante essa formação, esse curso que tava acontecendo, foi se pensado de terminava no sábado o curso de fazer a reocupação lá na área [Syngenta] de volta. Daí eu não fui porque eu tinha, na época eu dava aula lá embaixo, né, e a Geane [filha] ficou ali até no final, né. Mas foi para casa porque ela era de menor no período, né. E na madrugada do dia 21, então, foi reocupado. Então, tinha gente do Paraná todo lá, tinham umas 300 pessoas e mais as famílias que moravam lá do lado de fora, né. Foi feita a reocupação de madrugada, tinha 6 guardas lá, deles, desarmaram os guarda e mandaram eles embora. Mas os guarda que estavam fazendo pela Syngenta cuidando da área, porque eles não estavam mexendo lá na área, eles não tinham retomado, eles só mantinham essas pessoas e essa segurança lá né, porque eles sabiam

---

<sup>47</sup> A morte do sem-terra Keno foi tratado no documentário **Nem um minuto de silêncio**, armazenado na Videoteca Virtual Gregório Bezerra, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6FDZhZFBfms&list=PLuCYHAVIBSbnfTHfjPtbTXJgYhgSRrmKW&index=150&t=46s>. Acesso em: 6 jul. 2020.



que nós íamos ocupar de novo. Mas daí nem foi a Syngenta na verdade, a mando da Syngenta. Daí essa empresa, é uma empresa aqui de Cascavel, NF [...] de Segurança [...]. E eles vieram numas 40 pessoas na hora do almoço, estava chovendo bastante e daí tem uma guarita lá na frente, tinha 12 pessoas dentro da guarita, enquanto uns estavam lá atrás almoçando no barracão, é estavam almoçando, estava chovendo bastante e essas pessoas estavam ali, né, fazendo a guarda e depois que os outros terminava para eles revezar, né, para ficar sempre alguém no portão. E eles chegaram com um ônibus e um ou dois carros pequeno, chegaram atirando né. E na ideia deles eles queriam o Keno, o Celso e a Celinha [...]. Porque na cabeça deles matando os que achava que era só os três que era líder, né, matando os três eles acabavam com o movimento, né. E o Keno foi dando segurança para os outros fugirem e eles atingiram ele na perna. Depois que ele correu para trás do carro onde ele estava [...]. Daí ele caiu para trás num carro e dentro do carro estava um agrônomo e eles acharam que era o Celso, daí eles tentaram pegar, mas quando eles viram que não era o Celso eles deram uma coronhada na cabeça do Gentio. Então, eles não queriam matar todo mundo, eles queriam pegar os três, né. Daí o Keno caiu para trás desse carro foi se arrastando, né, porque ele tinha recebido um tiro na perna, daí o cara chegou [abaixa o tom da voz] e deu um tiro no peito dele com bala explosiva e daí saiu a Isabel. A Isabel, o cara pegou ela pelo cabelo, arrastou ela pelo cabelo e atirou de cima para baixo, daí o tiro pegou no olho dela, no olho direito aqui dela, né, ela olhando para cima, né, pegou no olho direito e a bala entrou, passou por aqui, machucou o tendão dela aqui e está ainda alojado nas costas dela. Ela ficou com dificuldade nesse braço e sem o olho, né. Agora de tanto, depois de tanto tempo ainda tiram sarro dela que ela ainda consegue segurar a neta dela, né. Daí acharam que ela tinha morrido, veio um povo correndo de volta né. Daí o marido dela levou um tiro no pé, que ela estava ali e ele estava lá no barracão, e ele veio correndo de lá e ele levou um tiro no pé e ele foi ver depois que ele saiu do hospital que ele tinha levado um tiro no pé<sup>48</sup>.

A narrativa sobre a morte do sem-terra Keno foi representativa do sentido político que adquiriu o assassinato para a luta dos sem-terra pela reforma agrária no acampamento Primeiro de Agosto. A eleição do nome do assentamento é apenas uma das evidências. O relato foi construído alte-

---

<sup>48</sup> SOUZA, 2017.

rando o ritmo, o tom e o volume da voz. Diferente de outros trechos da entrevista, o tema da morte do Keno foi mais truncado e com muitas pausas.

Em 29 de novembro de 2018, finalmente, o Tribunal de Justiça do Paraná, confirmou a sentença condenatória da Syngenta no caso do

[...] assassinato do sem-terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, e pela tentativa de assassinato da agricultora Isabel Nascimento de Souza. A decisão dos desembargadores da 9ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a sentença de primeira instância, tomada em 2015, quando a 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel determinou que a empresa tem responsabilidade pelo assassinato, e deveria indenizar a família das vítimas pelos danos morais e materiais. [...] “A justiça foi feita. Hoje a Syngenta é culpada. Eu estou muito emocionada [...]”, disse a viúva do agricultor, ao saber da condenação em segunda instância. “Eu só tenho a agradecer a Deus, por que eu nunca perdi as esperanças de que a Syngenta seria condenada um dia por essa tragédia. Eu preferia mil vezes ele aqui comigo do que longe, mas eu tenho certeza de que, onde ele estiver, ele está feliz agora”, completou Íris<sup>49</sup>.

No presente, o projeto político que Geni defende para o assentamento Valmir Mota, que orienta sua militância e as disputas no interior do assentamento, tem relação com o passado de sua vida, ainda do tempo em que trabalhou na Assesoar, que compõe ainda hoje a sua perspectiva política. Contudo, semelhantes ou iguais às perspectivas políticas que orientam o MST e a Via Campesina quando tratam da organização da produção agroecológica e livre de agrotóxico. Um projeto político de assentamento que compartilham e que querem ver executados pelos assentados:

Geni: E agora no final do ano, essa área que a gente tá aqui agora o assentamento Valmir Mota, já é numa área adquirida, é assentamento, só que as terras não foram medidas. A gente planta um alqueire e meio, todas as famílias que estão aqui. O restante a gente planta coletivo. [...]

Vão tá trabalhando em média de seis hectares por família. E aqui a gente também trabalha sem agrotóxico. Então, todas as famílias que vem pra cá é porque elas estão incluídas num projeto de agroecologia, senão... Nós não usamos veneno. A gente já produz

---

<sup>49</sup> GHISI, E.; PETRY, F. Tribunal de Justiça do Paraná condena Syngenta pelo assassinato de agricultor sem-terra. **Terra de Direitos**, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/tribunal-de-justica-do-parana-condena-syngenta-pelo-assassinato-de-agricultor-semterra/22976>. Acesso em: 24 jun. 2020.

alimentos, já se produz alimentos pra entrega da merenda escolar, alimentos do PAA, que é um projeto do governo. [...]

É também na melhoria da alimentação das próprias famílias. Então, uma coisa a gente já sabe que deu certo. Então, minha trajetória de vida vem um pouco nessas questões da luta pela terra. [...]

E daí, como a gente, é um projeto do MST mesmo, que essa área ser áreas livres de agrotóxico, que a gente, que ia se feito um trabalho agroecológico, então, as famílias que serem entrevistas para vir para cá elas também precisam assinar um termo de dizê: “Não. Eu vou trabalhar, me comprometo em trabalhar nessa forma”. Se ela chegar aqui e depois acha que não dá para ela, ela pode sair daqui, mas, né, pode sair daqui, pode voltar para uma outra área, mas que aqui a gente tem essa, essa demanda, dizê assim ó: “nós vamos pra lá, vamos trabalha, produzi ecologicamente.” Já temos um técnico contratado, que vem do Incra, uma empresa que o Incra contratou, que tá dando acompanhamento já as famílias aqui, fazendo os planos de ações das famílias, entrevistadas e também já acompanhando a produção do que eles produzem. Então, já tem o acompanhamento daqui das famílias que estão aqui no Valmir Mota<sup>50</sup>.

O momento da entrevista – início de 2012 – marca o período em que os assentados tinham recentemente conquistado o assentamento Valmir Mota e ainda residiam em moradias construídas uma ao lado da outra, provisoriamente, próximo da BR 277 e da sede da fazenda, área que não foi desapropriada. Ainda num momento em que os lotes para cada família não tinham sido demarcados pelo Incra. Geni corrobora que a seleção das famílias de assentados passou por um processo de entrevistas, cuja seleção das famílias esteve associada ao compromisso assinado para uso de práticas agroecológicas e não uso de agrotóxico no assentamento, previsto também no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)<sup>51</sup>.

Em 2012, para Geni, todas as famílias aceitaram a “inclusão” no projeto de agroecologia, com expectativas, e entusiasmo, sobre as potencialidades da produção agroecológica. Todavia, na entrevista de 2017, Geni fala das dificuldades para a execução do projeto agroecológico e livre de agrotóxico para o assentamento:

Geni: E a realidade de hoje, né, porque o projeto é um e agora o que... como nós nunca, na prática nós nunca recebemos nada de

---

<sup>50</sup> SOUZA, 2012.

<sup>51</sup> PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO. Projeto de Assentamento Valmir Mota Município de Cascavel, 2014.

investimento, nada, nada, né. Então, o que as famílias construíram aqui, foi com as forças que eles tiveram. Daí tem o porém que muitas famílias aqui tem um trabalhando fora. [...].

É, a gente já teve assim bastante problemas assim, sabe, porque a gente pensava, né, foi sendo construído uma coisa e pela justificativa de adquirir essa área, é para ser uma produção em agroecologia, né, sem uso de agrotóxico, porque é uma área nobre, é uma área próxima à cidade para a produção de alimentos, essa é a justificativa, né, para a produção de alimentos, de pequenos animais, mas daí, né. Ih, nós já tivemos vários problemas aqui, porque daí a gente sabe que as famílias vêm, para vir pra cá elas assinaram um compromisso [...]. Mas a gente sabe que lógica capitalista, a lógica e daí o que rodeia ao redor de nós, né, tanto que os caras que vendem sementes e veneno eles vêm pra cima das pessoas, vem pra cima das pessoas no individual e daí aquilo, né, de não saber lidar com o que nasce aqui, porque se você não vai usar agrotóxico, você tem que trabalhar de outra forma e daí como ninguém recebeu nenhum tipo de... porque tem tecnologia hoje para usar, para trabalhar na agroecologia, né, mas daí você não tem acesso, né, não tem acesso ainda, então, o pessoal não vai pegar uma enxada e vai produzir tudo. Quem tá mexendo com gado de leite, quem tá aqui, várias famílias tão bem viabilizadas já, né, tão vendendo na feira... Já temos um grupo grande de famílias que tem um selo na área de agroecologia... Então tá. Então, daí ano passado a gente sentou, discutiu e tal e tal, porque tava assim fazendo um racha aqui, um grupo se organizando para achar que nós da direção que não queria que usasse veneno [...] <sup>52</sup>.

Na entrevista de 2017, Geni narra a realidade vivida no assentamento Valmir Mota transcorrido os primeiros anos de história. Narra ainda que os assentados não receberam os investimentos habituais para a organização da produção agroecológica tal como foi projetado no PDA do assentamento <sup>53</sup>.

A vida no assentamento foi impactada pelo Golpe de 2016, com as mudanças políticas empreendidas na agricultura familiar, na política de infraestrutura e custeio dos assentamentos de sem-terra e na política de fo-

---

<sup>52</sup> SOUZA, 2017.

<sup>53</sup> A historiadora Cíntia Valéria Mello informa que o auxílio inicial destinado pelo Estado aos assentados não foi recebido por todas as famílias, uma vez que muitas famílias não tinham inicialmente toda a documentação pessoal e familiar regular e demorou bastante tempo para a regularização. Cf. MELLO, 2018, p. 97-101.

mento para a reforma agrária. Para Paulo Alentejano, no governo golpista de Michel Temer:

Praticamente não se desapropria mais terras, a criação de assentamentos foi abandonada e os lotes existentes nos antigos assentamentos estão sendo titulados em definitivo visando sua recolocação no mercado de terras. A se manter este quadro, em breve o pouco que foi realizado de “reforma agrária” no Brasil será revertido<sup>54</sup>.

Embora nos anos anteriores ao Golpe de 2016 a reforma agrária e a política de incentivo para a agricultura familiar não fossem a primeira prioridade e os assentamentos de sem-terra já sentiam as repercussões das diferenças políticas entre os governos Lula e Dilma, o pós-Golpe de 2016 alterou bruscamente o posicionamento dos governos para com os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, movimentos sociais de retomada indígena, quilombolas e demais lutas das comunidades tradicionais. O ódio de classe orientou (orienta!) as políticas de governo com propostas e aprovação no Congresso de reformas (Emenda Constitucional 95/2016, reforma trabalhista, reforma da previdência, entre outras) e de ataques a toda a classe trabalhadora. E os movimentos sociais de luta pela terra têm sofrido com a intensa repressão e criminalização<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> ALENTEJANO, P. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? *Okara: Geografia em debate*, v. 12, p. 308-325, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41319/20719>. Acesso em: 8 jul. 2020. p. 309. O debate em torno da reforma agrária no Brasil é antigo e é matizado pelas perspectivas que cada autor tem do que poderia ser a reforma agrária. Para Paulo Alentejano a reforma agrária tem sido muito “anunciada e não realizada no Brasil, perpetuando o quadro de alta concentração da terra, da renda e da riqueza no campo brasileiro”. ALENTEJANO, 2018, p. 309. Alentejano denuncia que pouco tem sido feito para a mudança na estrutura fundiária no Brasil, a precariedade nos assentamentos, mas perde força sua crítica quando ignora o processo histórico contraditório da luta da reforma agrária, premido por limites e por relações de força desiguais. Contudo, concordo que os governos Lula e Dilma poderiam ter assentados mais famílias de sem-terra e avançado na política de reforma agrária e atualizado o índice de produtividade rural, que é da década de 1970.

<sup>55</sup> Na verdade, não tenho como objetivo avaliar se nesse momento tem alguma categoria da classe trabalhadora que é mais perseguida e reprimida com as mudanças na orientação política e as reformas dos governos do pós-Golpe de 2016, pois, infelizmente, tem atingido a todos. Por exemplo, a educação, as universidades públicas e os professores são também atacados não apenas com os cortes e o contingenciamento dos recursos para o financiamento da educação pública, mas por expressar genérica e ideologicamente uma força na defesa do elementar conhecimento científico. Isso não deveria significar muita coisa, mas, para um governo que se agarra ao revisionismo, a pós-verdade e a fake news, o conhecimento científico

No período anterior, os assentamentos recebiam os recursos para custear a infraestrutura básica. E a organização da produção prevista no PDA era minimamente viabilizada. O rompimento do apoio à agricultura familiar e aos assentamentos promovidos pelos governos do pós-Golpe de 2016 levou ao fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fornecia alimentação para a merenda escolar. A partir do PAA muitos assentados definiram o quê produzir e como organizar a produção. Era com essa renda da terra que sobreviviam e realizavam alguns investimentos em seus lotes. Ainda durante o governo Temer, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, conseqüentemente, o “desmonte da estrutura institucional” do Incra, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), e outros órgãos, com o objetivo político de paralisar as ações de apoio com recursos, financiamentos, assistência técnica e extensão rural<sup>56</sup>, que fomentaria a produção de agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, repercutiu também no assentamento Valmir Mota. A infraestrutura básica necessária, como a construção das casas de alvenaria (a maioria das moradias foram construídas com a transposição dos materiais do tempo do pré-assentamento), a rede elétrica e a perfuração de poços para o abastecimento de água, não foram providas pelo Estado. E muitas famílias que receberam o recurso inicial em 2015 (no período o valor era de R\$2.400,00) utilizaram o recurso para custear a instalação elétrica no assentamento e a construção de poços.

Na entrevista de 2017, Geni ressentiu do assentamento não ter recebido os investimentos necessários para organizar a vida e a produção planejada durante quase 15 anos de luta para a conquista do assentamento, pois foi esse o tempo para os sem-terra que iniciaram na luta pela reforma agrária nas ocupações e acampamentos em 1999. Todavia, Geni afirma que as mudanças nas políticas de governo não abalaram totalmente os assentados, pois logo assevera que o visualizado ali no assentamento foi obra dos assentados “com a força que eles tiveram”, é necessário resistir tornando o assentamento viável social e economicamente para os assentados.

Geni não oculta os problemas vividos no assentamento, por exemplo, o caso de assentados deixar diariamente o assentamento para o traba-

---

pode ferir de morte o governo fascista! *Não passarão!*

<sup>56</sup> Cf. MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Okara**: Geografia em debate, v. 12, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318/20694>. Acesso em: 8 jul. 2020.

lho externo, na maioria das vezes, em atividades agroindustriais em Casca-  
vel, que, para a entrevistada, é um problema. Na avaliação da militante,  
esse tempo deveria ser dedicado a produção no assentamento. Essas famí-  
lias se defendem afirmando que o resultado da renda obtida com a produ-  
ção no assentamento ainda é insuficiente para a sobrevivência da família e  
para os investimentos necessários nos lotes<sup>57</sup>. Certamente, o trabalho ex-  
terno e a agricultura convencional (produção de soja e milho em toda a ex-  
tensão do lote com o uso de agrotóxico) tem sido os principais problemas  
enfrentados entre uma parte dos assentados e os assentados militantes,  
que defendem o uso das tecnologias agroecológicas.

Na narrativa, Geni demonstra os motivos que orientam e moldam a  
relutância a agroecologia por uma parte dos assentados, mas não se dá por  
vencida pela lógica capitalista e considera que o projeto de um assenta-  
mento, tal como foi elaborado no PDA, com produção agroecológica e livre  
de agrotóxico, ainda pode ser conquistado plenamente.

A frase “ninguém é obrigado a ficar” pronunciada anteriormente  
adquiriu nesse momento da narrativa o sentido pretendido pela militante.  
Os assentados permaneceram durante anos acampados, assinaram um ter-  
mo de compromisso para organizar a produção agroecológica em suas  
áreas no assentamento, mas reivindicam agora a liberdade e o direito fami-  
liar de decidir o que e como produzir. Contudo, Geni procura não responsa-  
bilizar individualmente os assentados por não praticarem a agroecologia, ao  
narrar com um sentimento de angústia, o movimento corruptor e sagaz das  
empresas agropecuárias. Lembra que a lógica capitalista é perversa e os  
partidários do agronegócio, e seus representantes comerciais, deslocam-se  
das diversas lojas de agropecuárias de Casca-vel para o assentamento e as-  
sediam os assentados com os “pacotes tecnológicos” e “vendem sementes  
e veneno e eles vem pra cima das pessoas” para vender também as “facili-  
dades” da produção agrícola convencional.

A produção com a “enxada” não “garante a produção de tudo” e  
“não é rentável”. A velha ferramenta utilizada na agricultura artesanal  
emerge como metáfora para a agricultura convencional, mas também para  
corroborar as dificuldades em implementar a agroecologia, embora existam  
diversos projetos agroecológicos no assentamento com a conquista do selo  
de agroecologia por uma parte dos assentados.

Com o assentamento Valmir Mota as disputas entre os diversos  
projetos para o campo e para a sociedade tornam-se ainda mais visíveis.

<sup>57</sup> Cf. MELLO, 2018. Especialmente o Capítulo III.

Desde a década de 1970, no Oeste do Paraná, opunham-se os movimentos sociais de luta pela terra e a burguesia agroindustrial na disputa de um projeto de agropecuária<sup>58</sup>. Hoje, com a criação de diversos assentamentos de sem-terra, as disputas também foram deslocadas para o interior desses assentamentos – a produção agroecológica, livre de agrotóxico, versus agricultura convencional, com agrotóxico.

Os militantes sem-terra percebem que a hegemonia do agronegócio são limites e atinge também os territórios dos assentamentos, pois, se antes o enfrentamento ao agronegócio deslocavam os sem-terra para fora do acampamento, por exemplo, na ocupação da Syngenta, agora a luta, a disputa, também ocorre no ambiente social e político do assentamento. O relato da militante Geni também evidencia a angústia em perceber que todo o processo histórico vivido durante o tempo dos acampamentos (e do pré-assentamento) não foi suficiente moldar uma cultura camponesa resistente ao agronegócio.

Por fim, a identidade sem-terra é histórica, de classe, formada nos diversos tempos vividos pelos sem-terra – ocupações, acampamentos, assentamento. A identidade sem-terra não é homogênea, não é única, pois constituiu-se a partir das diversas trajetórias de vida das 83 famílias de sem-terra do assentamento Valmir Mota. Em contrapartida, a evidência da historicidade da formação da identidade sem-terra torna a experiência social do assentamento Valmir Mota um alento nesse período histórico sombrio para os movimentos sociais de luta pela reforma agrária – tudo pode ser transformado e o sonho agroecológico e livre de agrotóxico em disputa no assentamento pode ainda se tornar hegemônico.

A causa ainda está em disputa e a história não terminou.

---

<sup>58</sup> Cf. MOREIRA, V. J. Agronegócio, trabalhadores rurais, sindicalismo: avicultura no Oeste do Paraná, 1970-2013. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 55, p. 243-270, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35786/18916>. Acesso em: 29 ago. 2019. MOREIRA, 2017.